

A POLÍTICA MACROECONÔMICA EM DESCOMPASSO: DO *BOOM* DOS GOVERNOS LULA AO CAOS PROLONGADO NO GOVERNO TEMER – UMA LEITURA DE VALSA BRASILEIRA DE LAURA CARVALHO

**THE MACROECONOMIC POLICY OUT OF STEP: FROM THE BOOM OF THE LULA
GOVERNMENT TO THE PROLONGED OF CHAOS IN THE TEMER GOVERNMENT –
A READING OF VALSA BRASILEIRA BY LAURA CARVALHO**

Hugo Feitosa Gonçalves (UFPI)¹
<http://orcid.org/0000-0001-6323-1648>

A partir de uma perspectiva institucionalista estruturalista histórica, Laura Carvalho (2021), em *Valsa Brasileira: do boom ao caos econômico*, constrói uma metáfora referente à dança de origem europeia, mostrando em cinco capítulos os passos através dos quais a economia brasileira sai do ritmo e entra em descompasso com o desenvolvimento econômico. A obra trata do período entre os governos Lula (2003-2010) e o governo interino de Michel Temer (2016-2018), apresentando como tese central a crítica à mudança do regime de política macroeconômica durante o governo Rousseff (2011-2016), denominado pelo então governo de “Nova Matriz Econômica”. A autora denomina de “Agenda FIESP”, ressaltando que a mudança do regime pelo governo Rousseff teria sido, na verdade, a absorção por esse governo das demandas dos industriais de São Paulo, esses mesmos que iriam colocar os patos na Avenida Paulista poucos anos depois, pedindo a deposição da Presidente em crítica à condução da política macroeconômica que eles mesmos demandaram.

O golpe da “Agenda FIESP” sobre a continuidade do processo de crescimento econômico experimentado pelos primeiros governos Lula foi responsável, com a desaceleração da economia mundial – importante elemento, principalmente em se tratando de uma economia subdesenvolvida e dependente como a do Brasil –, pela perda de protagonismo do governo como indutor do crescimento econômico. Essa função foi entregue ao capital privado que, a partir das desonerações fiscais expandidas, em vez de conduzir a economia brasileira à continuidade do processo de crescimento, contribuiu para aumentar as taxas de lucro do setor privado sem compromisso com o investimento produtivo.

¹ Graduado em Ciências Econômicas pela UFCG; Mestre pelo PPGCS/UEPB; Doutor pelo PPGCS/UFRN; Professor Adjunto da UFPI.
E-mail: hugofg@live.com.

No primeiro capítulo, “O Milagrinho Brasileiro: um passo à frente”, a autora ressalta a conjuntura internacional que abrange os governos Lula, a qual denomina de “superciclo das *commodities*”, ou seja, o aumento dos preços das *commodities* exportadas pela economia brasileira (petróleo, minério de ferro e soja), puxado pelo crescimento da dinâmica econômica chinesa. Condicionado pelo cenário externo, mesmo mantendo o tripé macroeconômico do governo Cardoso, o governo Lula, a partir de finais do primeiro mandato, pratica uma política fiscal e monetária relativamente expansionista, com programas de estímulo ao setor de construção, buscando equacionar déficits sociais.

Para a autora, além das políticas de infraestrutura social e do cenário externo, a ampliação da política de transferência de renda e a política de reajuste real do salário mínimo foram fatores endógenos da ampliação da dinâmica econômica brasileira no período. Ela ressalta a crise de 2008 que, condicionada pela desregulamentação do mercado financeiro e pelo desemprego nos Estados Unidos, toma uma dimensão global, com queda nos preços das *commodities* e do fluxo de capital. No Brasil, a crise provoca uma fuga de capitais e, assim, uma desvalorização cambial, além de uma diminuição na dinâmica econômica interna puxada pelo cenário internacional. Porém, a desaceleração do produto interno brasileiro foi menor do que a média dos países da OCDE. Por quê?

Nesse momento, a política anticíclica do governo Lula trata de expandir a política fiscal, aumentando os gastos públicos em investimentos e assistência social, com desonerações fiscais do setor produtivo somadas à política monetária de aumento do crédito e diminuição da taxa de juros. Resumindo o primeiro capítulo, entre 2005 e 2010, a afirmação da obra é que foi o mercado interno, condicionado pela política macroeconômica, no primeiro plano, e o mercado externo, no segundo plano, que promoveram o período de maior crescimento econômico desde o chamado “milagre econômico brasileiro” (1968-1973), com o aumento do nível de emprego e da renda dos trabalhadores, diminuindo a informalidade do trabalho, com uma maior distribuição de renda do meio para a base da pirâmide social, sem o aumentar o endividamento externo. O crescimento foi concentrado em grande parte no setor de serviços de baixo valor agregado, além do aumento do poder do setor primário-exportador no produto interno brasileiro.

No segundo capítulo, intitulado “A Agenda FIESP: um passo ao lado”, a autora ressalta a mudança nos rumos da economia mundial e da política macroeconômica no primeiro governo Rousseff. No cenário internacional, destaca o fim do superciclo da *commodities*, resultado da desaceleração das principais economias mundiais (Estados Unidos e China) e pela crise da periferia europeia, acarretando o estancamento do crescimento dos preços da pauta de exportação brasileira, que vinham em progressão nos governos Lula e a queda desses a partir de 2014.

Nesse cenário, o primeiro governo Rousseff adota uma política anticíclica, de redução de danos para os empresários brasileiros, a qual o então Ministro da Fazenda, Guido Mantega, chamou de “Nova Matriz Econômica”, que viria ser denominada pela autora de “Agenda FIESP”. As diretrizes dessa agenda foram a manutenção da política de transferência de renda e de reajuste real dos salários, o estancamento do processo de crescimento dos

investimentos estatais, o aumento das desonerações fiscais para as empresas, a contenção dos preços públicos, principalmente de energia, a sustentação da oferta de crédito pelos bancos públicos, a flexibilização das metas inflacionárias, além da redução da taxa de juros e do *spread* bancário. Em virtude da substituição do Estado pelos empresários na condução da dinâmica econômica, com estímulos vindos do cenário externo, houve um processo de desaceleração econômica e dificuldades gradativas nas contas públicas.

O terceiro capítulo da obra em questão, “A Panaceia Fiscal: um passo atrás”, trata da crise desencadeada no segundo governo Rousseff, realimentada por ele com o redirecionamento da política macroeconômica sob os ditames do neoliberalismo. Esse segundo governo é eleito com uma margem de apenas 3% dos votos válidos à frente do candidato do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), em meio a um cenário internacional ainda mais difícil, com o prolongamento da crise da periferia europeia, a queda nos preços das *commodities* e a diminuição da liquidez internacional.

Com o objetivo de equacionar o cenário desfavorável para a manutenção do governo, o Ministério da Fazenda passa a ser comandado pelos neoliberais Joaquim Levy (2015) e Nelson Barbosa (2016), os quais desencadeiam uma política fiscal austera, com a paralisia dos investimentos, a desregulação dos preços públicos e uma política monetária contracionista, aumentando a taxa de juros, além da proposta de desindexação do salário mínimo e uma reforma da Previdência Social. Os resultados espelharam o descompasso do governo com desenvolvimento econômico na tentativa de equacionar a instabilidade política. O Produto Interno Bruto (PIB) é retraído em mais de 3%, elevando o nível de desemprego e diminuindo a renda média do trabalho. Em 2015, a inflação alcança os dois dígitos, e o déficit primário, que tinha reaparecido em 2014, seguiu em crescimento. O aumento da taxa de juros impulsionou o crescimento da dívida pública, enquanto a balança comercial se tornou negativa dadas as circunstâncias externas. Todos esses resultados macroeconômicos impulsionaram o descontentamento dos empresários, com o apoio da classe média.

A autora afirma que os déficits primários do governo Rousseff em seus últimos anos foram provocados pelo cenário internacional recessivo e pelas desonerações fiscais em processo ascendente. Assim, refuta a tese neoliberal de que a austeridade fiscal e a diminuição dos custos fiscais para os empresários condicionariam a retomada dos investimentos, denominando essa tese não materializada no período de “fada da confiança”.

No capítulo quatro, “Acertando os Passos”, a autora enfatiza a crise do fim do superciclo das *commodities*, somada à frustração da “Agenda FIESP”, conduzindo à ruptura do apoio dos industriais de São Paulo ao governo Rousseff, que formaram o cenário econômico da crise que levaria à deposição da Presidenta Dilma Rousseff e à posse do então Vice-Presidente Michel Temer em 2016, marcando um novo período de aprofundamento da agenda neoliberal no Brasil.

No quinto e último capítulo, “Dançando com o Diabo”, a autora trata do período da implantação da agenda neoliberal no governo Temer, que tem como base a austeridade fiscal, fundamentada nos cortes dos investimentos públicos; e uma política de privatizações,

a partir da hegemonia da ideia, denominada pela autora de “fada da confiança”. Na prática, os déficits fiscais cresceram nesse período devido, entre outros fatores, ao acerto de contas com o *impeachment* e à sustentação do governo sob o Congresso Nacional.

Para a autora, a agenda neoliberal, que reascende politicamente no período do *impeachment*, passa a ser institucionalizada a partir da Emenda Constitucional 95/2016, com o discurso de ajustar as contas públicas para a retomada da confiança dos investidores, supondo que esses fossem os condicionantes da volta do crescimento econômico brasileiro. Na realidade, o objetivo central dessa agenda seria o desmonte do estado de bem-estar social garantido pela Constituição brasileira de 1988, aumentando a desvinculação do orçamento com as despesas obrigatórias dos gastos sociais. Portanto, a obra trata de ressaltar que, mesmo influenciado pelo cenário externo, foram os direcionamentos das políticas macroeconômicas dos governos brasileiros os condicionantes dos resultados socioeconômicos de cada período.

Resumidamente, a obra ressalta: as políticas fiscal e monetária relativamente expansionistas e as políticas de redistribuição de renda e salarial dos governos Lula como responsáveis por aquilo que foi chamado de “milagrinho” brasileiro dos dois últimos terços da década de 2000; o redirecionamento da política macroeconômica com a saída do governo da direção do processo de desenvolvimento econômico e a entrega dela ao capital privado a partir das desonerações fiscais, com a diminuição da taxa de juros e do *spread* bancário, que estimula a fuga de capitais e o aumento da taxa de câmbio, aumentando a taxa de lucro dos industriais, pressionando preços internos; a “Agenda FIESP”, no primeiro Governo Rousseff que, em meio ao cenário internacional desfavorável, promoveu o processo de crise econômico-política não contornada pela entrega da política econômica do segundo governo Rousseff aos neoliberais, acarretando o processo de *impeachment* da Presidenta; e a agenda neoliberal, a partir da ideia da “fada da confiança” no Governo Temer, que resultou na manutenção da crise econômica e fiscal.

REFERÊNCIA

CARVALHO, Laura. **Valsa Brasileira**: do boom ao caos. São Paulo: Todavia, 2021.